

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II - Exame de Recurso

1.º ANO - DIA | TURMA B | 20 de julho de 2026

90 minutos

Coordenação e regência: Professor Doutor Diogo Costa Gonçalves

Colaboração: Dr. Dinis Braz Teixeira; Dr.ª Dina Freitas Teixeira; Dr. José Maria Cortes

I

Nesta questão, os alunos deverão, pelo menos:

- i) Enquadrar adequadamente o problema no quadro da sucessão de leis no tempo;
- ii) Convocar o artigo 12.º/2/2.ª parte, discutindo a sua integração no *estatuto real*, sujeito à lei nova, enquanto regulação de uma situação jurídica não modelada pelos factos que lhe deram origem;
- iii) Justificar adequadamente a aplicação da lei nova nos casos de matéria de direitos reais, atendendo à tendencial abstração dos factos que lhes deram origem.

II

Nesta questão, os alunos deverão, pelo menos:

- i) Enquadrar o problema do direito injusto;
- ii) Demonstrar que dominam os quadros típicos da argumentação favorável à obediência da lei injusta (*v.g.* priorização da ordem em face da justiça, separação entre o direito e a moral, paradigma dessubstancializado, estado de direito, separação de poderes e princípio da legalidade, etc.), bem como a ela contrários (*v.g.* existência de limites ao direito positivo, parâmetros jusnaturalistas do direito positivo, quadros legitimadores do exercício do poder, imposições apriorísticas da ideia de Direito, *epikeia*, natureza das coisas, etc.);
- iii) Tomar posição de modo fundamentado.

III

1) Nesta questão, os alunos deverão, pelo menos:

- i) Identificar e enquadrar o problema na matéria do estado de necessidade;
- ii) Enunciar os vários pressupostos da figura, nos termos do artigo 339.º/1 do CC;
- iii) Pronunciar-se sobre a natureza da obrigação de indemnização no âmbito do estado de necessidade (artigo 339.º/2 do CC), esclarecendo não se tratar de uma sanção (designadamente atendendo à dimensão motivacional que lhe estaria ínsita) mas de um mecanismo de redistribuição de danos.

2) Nesta questão, os alunos deverão, pelo menos:

- i) Enquadrar primeiramente o figurino da legítima defesa;
- ii) Caracterizar o excesso da legítima defesa, distinguindo entre o excesso intensivo e o extensivo;
- iii) Pensar o excesso de legítima defesa à luz da discussão sobre a exigência de proporcionalidade e explicar o seu regime jurídico (art. 337.º/2CC), destacando em particular o problema da licitude da conduta excessiva;
- iv) Caracterizar a legítima defesa putativa como respeitando aos casos em que o agente tem uma falsa percepção sobre um dos pressupostos, explicando o respetivo regime jurídico (art. 338.º CC) e as consequências.

3) Nesta questão, os alunos deverão, pelo menos:

- i) Caracterizar as correntes realistas, destacando os realismos americano e escandinavo e o realismo clássico, sublinhando a sua crítica aos formalismos e a concepções que apodavam de idealistas, dos primeiros, e o personalismo e a relação do Direito com a realidade do realismo clássico;
- ii) Caracterizar o pensamento jusnaturalista, assinalando, designadamente, o entendimento de que a juridicidade não se esgota na expressão do poder político, o peso atribuído a questões de ordem moral ou a existência de uma juridicidade extra-positiva;
- iii) Caracterizar sumariamente as correntes de índole positivista, focando em particular na visão monista do Direito, na separação entre o direito e a moral e na sua relação com a coerção e com o poder político;
- iv) Tomar posição de modo fundamentado.

Ponderação Global: 2v.